

Notícias do dia 29 de dezembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 4

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
TCE - GO

Caiado faz um breve balanço dos três anos de gestão em Goiás - FIO DIRETO..... 3

TRIBUNA DO PLANALTO - GO - PODER
TCE - GO

Incentivos fiscais em Goiás passam a não ter caixa-preta..... 4

TRIBUNA DO PLANALTO - GO - CIDADES
TCE - GO

Alvos de operações federais..... 5

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Caiado faz um breve balanço dos três anos de gestão em Goiás..... 6

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

16,26% dos municípios goianos não prestaram contas ao TCM..... 8

Caiado faz um breve balanço dos três anos de gestão em Goiás - FIO DIRETO

Cloves Reges

Numa breve prestação de contas dos seus quase três anos de mandato, o governador Ronaldo Caiado (DEM) lembrou que ao assumir o Governo de **Goiás**, em janeiro de 2019, se deparou com um quadro extremamente delicado, devido à grave situação de insuficiência financeira e falta de liquidez que o Estado enfrentava. De acordo com auditoria da área técnica do **TCE-GO**, **Goiás** estava comprometido com um negativo de caixa que, considerando os restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores, chegava a R\$ 6,9 bilhões.

O Estado tinha R\$ 11 milhões em caixa para fazer frente a uma montanha de obrigações que chegava perto de R\$ 7 bilhões, incluindo aí a folha de pagamento de dezembro de 2018 e parte da de novembro do mesmo ano, que sequer haviam sido empenhadas. Segundo o democrata, a má gestão orçamentária que vinha se arrastando por anos deixou um amontoado de cerca de 400 obras paralisadas no Estado e outras graves ocorrências de cunho, inclusive, legal, que exigiram uma profunda mudança de comportamento na aplicação dos recursos públicos para o restabelecimento do equilíbrio do orçamento e, concomitantemente, o reequilíbrio das contas públicas do Estado de **Goiás**. Já no primeiro ano da nova gestão, lembra o democrata, o seu governo quebrou a série histórica de mais de sete exercícios de déficits orçamentários, que se arrastava desde 2012, e conseguiu fechar 2019 com superávit, fato que se repetiu em 2020, mesmo em meio a mais grave crise sanitária dos últimos 103 anos. Tudo isso permitiu que mudanças fossem observadas, como a retomada dos repasses para os municípios, que entre 2019 e 2020 receberam mais de R\$ 500 milhões do Estado, sendo cerca de R\$ 140 milhões além da contrapartida constitucional. Esses repasses somaram mais do que o triplo repassado pelo governo anterior aos municípios goianos entre 2017 e 2018.

Para Caiado, hoje, três anos depois, **Goiás** já colhe os frutos de uma mudança estrutural, orquestrada a partir da meta de amparar os mais vulneráveis, combater as desigualdades sociais e regionais, com transparência e respeito aos recursos públicos. Os resultados, avalia, representam uma ruptura histórica e a consolidação de uma nova cultura de gestão que põe fim à corrupção e aos desvios, ao mesmo tempo em

que alcança um volume extraordinário de conquistas e de entregas em período recorde, numa grande virada.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211229>

Incentivos fiscais em Goiás passam a não ter caixa-preta

Empresas instaladas ou que se instalem em território goiano e que recebam incentivos fiscais ou financeiros-fiscais dos programas Fomentar, Produzir e ProGoiás deverão dar à sociedade transparência para justificar o uso dos recursos públicos destinados a promover suas atividades.

A medida será imposta por ter sido aprovado o Projeto de Lei 804/21, que recebeu sanção da Governadoria e modificou a lei no âmbito dos incentivos concedidos com recursos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Goiás. A lei passa a valer um ano após sua publicação.

De acordo com o texto da matéria, as pessoas jurídicas que gozarem de incentivos fiscais de ICMS devem encaminhar, no mínimo anualmente, ao órgão de fiscalização competente, relatório que realize breve descrição da empresa, seus objetivos, atividades e ramos de atuação e, relativamente ao período objeto de análise, demonstre as espécies, programas e valores de incentivos fiscais por ela usufruídos.

Também os respectivos valores arrecadados de ICMS e o número de empregos diretos gerados no mercado local, bem como estimativa dos empregos indiretos com indicação da respectiva metodologia de cálculo.

Outra imposição da lei, de autoria do deputado estadual Humberto Aidar (MDB), é que outras espécies ou programas de incentivos fiscais de ICMS que venham a ser instituídos no estado também estejam sob os rigores da norma.

Antes ignorada, passa a ser obrigatória a publicação em transparência ativa informações gerais sobre incentivos fiscais de ICMS de Goiás como notas técnicas e demais estudos relativos à descrição da metodologia utilizada para o cálculo da renúncia de receitas estaduais, desde 2017; valores totais de incentivos fiscais de ICMS fruídos ao longo de determinado período; indicação do número de empregos e volume de arrecadação de ICMS em relação ao mês e exercício; resultados dos trabalhos de fiscalização realizados pelos órgãos competentes do Poder Executivo, inclusive os da Controladoria-Geral do Estado, bem como despachos e decisões exarados pelas autoridades competentes e pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**.

Além disso, segundo a lei, também deverão ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Estado as minutas de Termos de Acordo de Regime Especial, Termos de Enquadramento e outros atos e instrumentos congêneres, quando exigidos pela legislação tributária para concessão e fruição de incentivos fiscais, bem como os respectivos instrumentos aditivos.

Para a elaboração do projeto, foram consultados integrantes do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG), incluindo professores-orientadores.

JUSTIFICATIVA Na justificativa da lei, o texto diz que, se antes havia a compreensão de que o gasto público somente contemplava os chamados gastos ou despesas diretas - aquela cujo montante exato e previsto no orçamento público e que implica despendio direto de recursos públicos - essa compreensão, atualmente, se revela incompleta.

"Incentivos fiscais de ICMS são também gastos indiretos realizados por intermédio do sistema tributário e que implicam renúncia de receitas, por essa razão também denominados de gastos tributários, e de expressiva materialidade", diz o texto.

Conforme a matéria, ao se consultar o Portal da Transparência do Estado de Goiás, verifica-se que o volume de valores renunciados é de aproximadamente de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por exercício financeiro. A justificativa argumenta ainda que, sejam gastos diretos ou indiretos, ambos constituem espécies do gênero gastos públicos, que são sujeitos a regime de transparência e controle.

Site: <http://tribunadoplanalto.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Grade-TRIBUNA-DO-PLANALTO-LIMPA-13.pdf>

Alvos de operações federais

Em janeiro de 2021, o município de Ceres foi alvo de um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) para apurar prestação de contas dos recursos destinados pelo governo federal para enfrentamento à Covid-19. A ação foi motivada por meio de uma informação de que "o ex-prefeito Rafael Dias Melo e o ex-secretário de Saúde José Alfredo Fleury Júnior negaram a membro da comunidade a prestação de informações sobre as aplicações de verbas no combate à pandemia, sendo comunicadas também ao MP-GO irregularidades nos gastos." Outro alvo de investigação, mas dessa vez federal, é o município de Pirenópolis. Em dezembro de 2020, a Controladoria- Geral da União (CGU), em parceria da com a Polícia Federal (PF), deflagrou a Operação Tolueno para apurar irregularidades na aquisição de insumos - álcool em gel 70% e máscaras cirúrgicas - adquiridos e utilizados pelo Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (HEELJ).

Na época da operação, o HEELJ estava sob a gestão da organização social Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH). Após a realização de exames periciais, realizados pela PF, foi confirmado que os produtos adquiridos não atendiam às especificações técnicas.

No álcool em gel 70%, foi encontrado a substância química Tolueno, que é facilmente absorvida pelos pulmões e pode afetar o sistema nervoso, além de hidrocarbonetos comumente encontrados no etanol (álcool de posto).

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) informou que "trabalha para manter a transparência e preza que todas as Organizações Sociais (OS) que possuem contratos com a pasta adotem condutas transparentes de seus processos e informações, sob pena de serem desqualificadas no Estado". De acordo com o que foi apurado na operação, o prejuízo foi de cerca de R\$ 2 milhões.

A nota reforça ainda, que a SES-GO tem monitorado o uso das verbas destinadas aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) nos hospitais da rede estadual, além de acompanhar os contratos de gestão por órgãos de controle, como Controladoria- Geral do Estado (**CGE**), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Ministérios Público Estadual e Federal. "Para dar transparência aos gastos públicos no enfrentamento à Covid-19, o governo de **goiás** também mantém o Corona Transp, página virtual que reúne todos os investimentos do Esta do, o que inclui a saúde, em

ações durante a pandemia", diz nota. O link para acesso do Coro na Transp é o <https://www.saude.go.gov.br/coronavirus>.

Com relação a OS IBGH, a SESGO informou que o contrato foi revogado "após sucessivas reclamações da população, de trabalhadores e de prestadores de serviço, além das denúncias de irregularidades na aquisição de insumos destinados ao combate à pandemia da Covid-19".

Já na Operação Voucher, deflagrada, entre os dias 18 e 21 de maio, pela Polícia Civil de **Goiás**, contou com o apoio da CGU, investigou o recebimento indevido do auxílio emergencial do governo federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia da Covid-19.

Das 106 pessoas que foram presas, 15 delas já estavam encarceradas quando receberam o benefício. A maioria recebeu parcela de R\$ 600, em alguns dos casos os suspeitos receberam R\$ 1.200 em uma única parcela. A reportagem procurou a OS citada na matéria, mas não houve resposta, o espaço segue aberto para posicionamento.

Site: <http://tribunadoplanalto.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Grade-TRIBUNA-DO-PLANALTO-LIMPA-13.pdf>

Caiado faz um breve balanço dos três anos de gestão em Goiás

Numa breve prestação de contas dos seus quase três anos de mandato, o governador **Ronaldo Caiado** (DEM) lembrou que ao assumir o **Governo de Goiás**, em janeiro de 2019, se deparou com um quadro extremamente delicado, devido à grave situação de insuficiência financeira e falta de liquidez que o Estado enfrentava. De acordo com auditoria da área técnica do **TCE-GO**, **Goiás** estava comprometido com um negativo de caixa que, considerando os restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores, chegava a R\$ 6,9 bilhões. O Estado tinha R\$ 11 milhões em caixa para fazer frente a uma montanha de obrigações que chegava perto de R\$ 7 bilhões, incluindo aí a folha de pagamento de dezembro de 2018 e parte da de novembro do mesmo ano, que sequer haviam sido empenhadas. Segundo o democrata, a má gestão orçamentária que vinha se arrastando por anos deixou um amontoado de cerca de 400 obras paralisadas no Estado e outras graves ocorrências de cunho, inclusive, legal, que exigiram uma profunda mudança de comportamento na aplicação dos recursos públicos para o restabelecimento do equilíbrio do orçamento e, concomitantemente, o reequilíbrio das contas públicas do Estado de **Goiás**. Já no primeiro ano da nova gestão, lembra o democrata, o seu governo quebrou a série histórica de mais de sete exercícios de déficits orçamentários, que se arrastava desde 2012, e conseguiu fechar 2019 com superávit, fato que se repetiu em 2020, mesmo em meio a mais grave crise sanitária dos últimos 103 anos. Tudo isso permitiu que mudanças fossem observadas, como a retomada dos repasses para os municípios, que entre 2019 e 2020 receberam mais de R\$ 500 milhões do Estado, sendo cerca de R\$ 140 milhões além da contrapartida constitucional. Esses repasses somaram mais do que o triplo repassado pelo governo anterior aos municípios goianos entre 2017 e 2018. Para Caiado, hoje, três anos depois, **Goiás** já colhe os frutos de uma mudança estrutural, orquestrada a partir da meta de amparar os mais vulneráveis, combater as desigualdades sociais e regionais, com transparência e respeito aos recursos públicos. Os resultados, avalia, representam uma ruptura histórica e a consolidação de uma nova cultura de gestão que põe fim à corrupção e aos desvios, ao mesmo tempo em que alcança um volume extraordinário de conquistas e de entregas em período recorde, numa grande virada.

Fio Direto

Eixos

De acordo com **Ronaldo Caiado**, sua gestão fundamenta-se em cinco eixos estratégicos: combate às desigualdades regionais e sociais, saneamento das contas públicas e busca do equilíbrio fiscal, modernização dos serviços ofertados pelo Estado, **política** de austeridade e transparência, investimentos prioritários em educação, saúde, segurança pública e infraestrutura.

Desconhecido

Em entrevista ao canal V-10, o prefeito de Aparecida de **Goiânia**, Gustavo Mendanha (sem partido), ao tentar minimizar o fato de ter sido filiado ao MDB por mais de 20 anos e a dificuldade que isso poderia causar à sua possível candidatura ao governo por um outro partido, acabou confessando que o povo do interior não sabe nem a que partido ele pertenceu e que nem mesmo o conhece enquanto político.

Futuro

Mendanha não fala sobre seu futuro político, se vai mesmo deixar a Prefeitura de Aparecida de **Goiânia** para se candidatar ao **governo de Goiás** nas eleições do ano que vem ou se vai continuar à frente do executivo da cidade da região metropolitana. Como tem sido divulgado, sua filiação e possível candidatura pelo PL de Magda Mofatto agora depende do humor do presidente Jair Bolsonaro.

AlfaMais

Com o objetivo de reduzir os índices de alfabetização incompleta e o letramento insuficiente entre os alunos das redes públicas de ensino, o **Governo de Goiás** lançou o AlfaMais, um Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada. Mais de 200 prefeituras goianas já assinaram o pacto pela alfabetização, que vai alcançar 200 mil estudantes e 8 mil profissionais da educação.

Veto

O prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz (Republicanos), vetou integralmente autógrafa de lei de autoria do presidente da Câmara Municipal da capital, vereador Romário Policarpo (Patriota), que pretendia implantar

o Programa de Atendimento Médico nos CMEIs municipais e conveniados com o Município de **Goiânia**. Foram apontados vícios de inconstitucionalidade na proposta.

BRT

São muitas as críticas da população goianiense quanto à demora na conclusão das obras do BRT em **Goiânia**. Os trabalhos no anel interno da Praça Cívica, coração da capital, por exemplo, parecem estar paralisados, já que não se vê operários trabalhando naqueles canteiros. A pergunta que se faz é a seguinte: se não falta dinheiro, porque as obras se arrastam dessa maneira?

Empresa terá que revelar quanto pagou ao ex-juiz Sérgio Moro

Notícia publicada pela jornalista Mônica Bergamo informa que o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinou que a Alvarez Marsal revele quanto pagou ao ex-juiz Sergio Moro depois que ele deixou a empresa, em outubro, para se lançar na **política**. Moro se filiou ao Podemos recentemente.

Dantas, segundo a colunista, acolheu um pedido feito pelo Ministério Público junto ao TCU no começo do mês. E determinou também o levantamento, no Judiciário, de todos os processos de recuperação judicial em que a Alvarez Marsal atuou no período da Lava Jato.

Linha Cruzada

A Universidade Federal de **Goiás** (UFG) foi incluída no GreenMetric Ranking, que classifica as universidades mais sustentáveis do mundo. O ranking avalia as instituições a partir de informações referentes às suas condições atuais e suas políticas relacionadas à sustentabilidade.

Site: <https://www.dm.com.br/politica/2021/12/caiado-faz-um-breve-balanco-dos-tres-anos-de-gestao-em-goias/>

16,26% dos municípios goianos não prestaram contas ao TCM

Dhayane Marques

Dos 246 municípios goianos, 40 deles não enviaram os dados de prestações de contas dos recursos públicos referentes aos gastos com a pandemia da Covid-19 no exercício 2020. De acordo com o Portal da Transparência, em 2020, o subsídio do governo federal para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 foi de R\$ 524,02 bilhões. Em 2021 o valor pago já chegou a \$ 101,34 bilhões.

Os dados dos municípios que ainda não prestaram contas das verbas foram disponibilizados pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO). Em agosto, o Tribuna do Planalto fez esse levantamento e revelou que 22,76% dos municípios não haviam feito a prestação de contas; agora, são 16,26%. O prazo para o envio dos dados ao tribunal expirou em 30 de junho, segundo a Instrução Normativa número 5/2021, do TCM-GO.

"Toda despesa relacionada ao combate da Covid-19. Considerando que as despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia Covid-19 não possuem classificação orçamentária própria, o tribunal desenvolveu uma metodologia para identificar e rastrear tais despesas. Desta maneira, é possível que novas despesas ou aquisições sejam agregadas ao painel na medida em que sejam identificadas por meio das atualizações da metodologia", pontua nota divulgada pelo tribunal.

Na lista dos que ainda não prestaram conta, Goianésia é o município com a maior verba recebida. Ao todo foram pagos R\$ 8.549.578,40. Seguido de Quirinópolis, que recebeu um recurso de R\$ 6.716.392,78, e na lista ainda constam cidades como Silvânia, R\$ 3.860.457,94, e São Simão, R\$ 3.635.531,09. Pirenópolis também está na lista das cidades que ainda não prestaram contas e, de acordo com o Portal da Transparência, foi pago para o município uma verba de R\$ 3.297.544,97.

Esses recursos destinados ao enfrentamento da Covid-19 têm merecido uma atenção especial dos órgãos de controle em razão da flexibilização da legislação das compras governamentais.

TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS

Em março de 2020, a Controladoria-Geral da União (CGU) passou a divulgar no Portal da Transparência os valores orçamentários e a execução de despesas do governo federal. Os dados estão relacionados especificamente ao recurso destinado ao enfrentamento da doença de coronavírus em todo o país. Através da ação orçamentária, nomeada de "21C0", é possível consultar e detalhar gastos diretos, bem como transferências aos estados e municípios. Em setembro de 2020, o Plenário do Senado Federal aprovou a PL 4.078/2020, que estabelece aos municípios gastar a verba repassada até 31 de dezembro de 2021. Antes, o recurso não utilizado deveria ser devolvido automaticamente ao Tesouro Nacional ao fim de cada ano.

APLICAÇÃO DA VERBA

Com a baixa procura da população pela vacina da covid-19, algumas capitais têm buscado alternativas para conseguir avançar com a vacinação. É o caso de **Goiânia**, que lançou o projeto o VacinAção, que tem o intuito de buscar aquelas pessoas que já estão aptas, mas ainda não se vacinaram. De acordo com o Portal da Transparência, foram destinados para **Goiânia**, o recurso de mais de R\$253,9 milhões, para o enfrentamento da covid-19, em 2020. Além disso, os municípios tiveram liberdade para aplicar o dinheiro no custeio de ações e medidas de atenção básica, além de compra de equipamentos de permanentes para as unidades de terapia intensiva (UTI), como respiradores, equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras, luvas, toucas, sapatilhas e kits de higienização, com álcool em gel.

Em janeiro de 2021, o município de Ceres foi alvo de um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) para apurar prestação de contas dos recursos destinados pelo governo federal para enfrentamento à Covid-19. A ação foi motivada por meio de uma informação de que "o ex-prefeito Rafaell Dias Melo e o ex-secretário de Saúde José Alfredo Fleury Júnior negaram a membro da comunidade a prestação de informações sobre as aplicações de verbas no combate à pandemia, sendo comunicadas também ao MP-GO irregularidades nos gastos."

Outro alvo de investigação, mas dessa vez federal, é o município de Pirenópolis. Em dezembro de 2020, a

Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria da com a Polícia Federal (PF), deflagrou a Operação Tolueno para apurar irregularidades na aquisição de insumos - álcool em gel 70% e máscaras cirúrgicas - adquiridos e utilizados pelo Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (HEELJ).

Na época da operação, o HEELJ estava sob a gestão da organização social Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH). Após a realização de exames periciais, realizados pela PF, foi confirmado que os produtos adquiridos não atendiam às especificações técnicas. No álcool em gel 70%, foi encontrado a substância química Tolueno, que é facilmente absorvida pelos pulmões e pode afetar o sistema nervoso, além de hidrocarbonetos comumente encontrados no etanol (álcool de posto).

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO) informou que "trabalha para manter a transparência e preza que todas as Organizações Sociais (OS) que possuem contratos com a pasta adotem condutas transparentes de seus processos e informações, sob pena de serem desqualificadas no Estado". De acordo com o que foi apurado na operação, o prejuízo foi de cerca de R\$ 2 milhões.

A nota reforça ainda, que a SES-GO tem monitorado o uso das verbas destinadas aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) nos hospitais da rede estadual, além de acompanhar os contratos de gestão por órgãos de controle, como Controladoria-Geral do Estado (**CGE**), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e Ministérios Público Estadual e Federal."

"Para dar transparência aos gastos públicos no enfrentamento à Covid-19, o governo de **goiás** também mantém o CoronaTransp, página virtual que reúne todos os investimentos do Estado, o que inclui a saúde, em ações durante a pandemia", diz nota. O link para acesso do CoronaTransp é o <https://www.saude.go.gov.br/coronavirus>.

Com relação a OS IBGH, a SESGO informou que o contrato foi revogado "após sucessivas reclamações da população, de trabalhadores e de prestadores de serviço, além das denúncias de irregularidades na aquisição de insumos destinados ao combate à pandemia da Covid-19?".

Já na Operação Voucher, deflagrada, entre os dias 18 e 21 de maio, pela Polícia Civil de **Goiás**, contou com o apoio da CGU, investigou o recebimento indevido do auxílio emergencial do governo federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia da Covid-19.

Das 106 pessoas que foram presas, 15 delas já estavam encarceradas quando receberam o benefício. A maioria recebeu parcela de R\$ 600, em alguns dos casos os suspeitos receberam R\$ 1.200 em uma única parcela. A reportagem procurou a OS citada na matéria, mas não houve resposta, o espaço segue aberto para posicionamento.

Site: <http://tribunadoplanalto.com.br/2021/12/29/1626-dos-municipios-goianos-nao-prestaram-contas-ao-tcm/>